

**LATINA MOTORS COMERCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA**

CNPJ 13.151.411/0001-20 IE 182.081.766.112 IM 29.599

End Correspondência/ Matriz: Via Alessandria, 117 - Res São Pietro - Limeira/SP - CEP 13482-217

End Loja: Av Horácio Krepisch, 420 - Matadouro - Araras/SP - CEP 13600-000

Fone: (19) 3717-0391

Email: [adm@latinamotors.com.br](mailto:adm@latinamotors.com.br)

Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitações da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

Ref: Impugnação Pregão Presencial 012/2016

LATINA MOTORS COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA, empresa comercial qualificada e atuante no ramo de comercialização de veículos e motocicletas, vem respeitosamente, com fundamento no art 41, §1º e §2º da Lei 8.666/93, art 12 do Decreto Federal 3.555/2000 e art 18 do Decreto Federal 5.450/05 apresentar impugnação ao presente Edital, por violação direta a Lei 8.666/93, conforme os fatos e sob os fundamentos jurídicos a seguir aduzidos,

**I – DOS FATOS**

1. A licitação ora atacada tem por objetivo a aquisição de motocicletas, consoante as especificações do instrumento convocatório em epigrafe.
2. No entanto, o presente Edital não poderá prosperar, referente ao lote 01, devendo ser urgentemente objeto de alteração, em virtude do favorecimento de somente os produtos da marca HONDA MOTOS, cujas provas estão apresentadas neste documento.
3. Nos últimos tempos, estamos vivenciando diversas manifestações populares demonstrando a vontade do povo de protestar contra o descaso público, principalmente a sistêmica corrupção. Devemos também ressaltar os grandes trabalhos efetuados pelos Ministérios Públicos, juntamente com o Polícia Federal, no sentido de investigar e julgar os culpados pela corrupção por nós vivenciadas. E nesse interim, surge este Edital com fortes indícios de favorecimento, o que deve ser imensamente combatido.
4. Consta no Edital a ser impugnado exigências excessivas e injustificáveis do ponto de vista técnico, apresentando-se equivocadas, desnecessárias de modo a levar ao direcionamento e exclusividade para um único fabricante, no caso a HONDA MOTOS DO BRASIL, mais especificamente o produto NROS 160. Desta maneira, extingue-se o leque de opções disponíveis no mercado, de qualidade tão excelente quanto o produto direcionado.
5. Infelizmente, o Edital está permitindo somente a participação / oferta de produtos da Honda Motos do Brasil, conforme será claramente demonstrado. Soma-se a isso o fato de que somente concessionária Honda poderá participar do certame, haja visto

que a montadora determina e impõem o conceito de "Divisão de áreas" para a venda por seus concessionários.

6. A princípio, o Edital especifica de uma forma "quase genérica e autêntica" o tipo de produto que se deseja adquirir, teoricamente sem levar em conta nenhum tipo de direcionamento a determinada marca. CONTUDO, para os conhecedores do mercado, é fácil perceber a presença de 3 itens importantes, que são a origem do favorecimento. Assim tem-se:

- a. Motorização bi-combustível – o Edital requer que as motos sejam bi-combustíveis. Seguindo essa especificação, somente a marca Honda teria produto para atender ao Edital, perfazendo somente um produto para ser ofertado para este pregão. Além de direcionar, esse quesito faz com que não haja ampla concorrência e sequer disputa de preços legítima, ao focar em somente duas marcas.

Tem-se ainda o fato de que essa mesma montadora re-lançou esse mesmo produto somente a gasolina, tendo em vista que a relação custo/benefício seria mais interessante para os produtos somente a gasolina, resultando em melhores preços de aquisição por parte dos compradores.

- b. Cilindrada mínima de 160cc – outro item que somente a Honda possui no momento – motor acima de 160cc.

- c. Tanque de combustível com no mínimo 12 litros – esse item praticamente exclui todos os outros produtos concorrentes comercializados no Brasil. Como se sabe, o tamanho padrão de tanque de combustível, para este tipo de motocicleta, sempre foi o de 10 litros. Ocorre que, ao se analisar todos os produtos concorrentes, somente o produto da Honda atende a esse item. De uma forma resumida: por mais que a especificação do Edital possa estar "permitindo ampla participação de produtos concorrentes", isso acaba não sendo verdadeiro.

- d. Arrefecimento a ar – como se sabe, os produtos acima de 160cc se utilizam de diversas tecnologias para se fazer o arrefecimento, destacando-se: a ar (requisitado pelo Edital), a óleo e a água. CONTUDO, o único produto acima de 160cc que é arrefecido a ar é o produto da Honda Motos, excluindo assim os produtos da concorrente Yamaha, assim como todos os outros.

Destacamos que a tecnologia de arrefecimento a ar é a mais básica e antiga de todas. Desta forma, o correto seria requisitar "de no mínimo arrefecimento a ar".



7. Desta forma, ao se analisar os itens aqui descritos, chega-se a conclusão de que somente a Honda terá produto participante, eliminando totalmente a ampla concorrência e a disputa sadia.
8. Devemos lembrar que nossa país está passando por um grave crise econômica, atingindo diversos setores, e onde as empresas estão sendo obrigadas a cortar custos na ânsia de sobreviverem. Assim é inconcebível que esse estimado órgão, ao dar preferência e direcionamento a uma só marca, pague muito mais caro ao não prezar pela livre disputa e ampla concorrência, permitindo que o Edital seja restritivo e direcionado a somente a marca Honda.
9. Desta maneira, de acordo com o Edital, os únicos produtos que estariam contemplando seriam as motos da HONDA. Desta maneira, excluem-se vários outros concorrentes.
10. Perguntamos como pode um importante órgão público, estabelecer os requisitos tomando por base somente um fabricante, e consequentemente somente um concessionário. Por que esta se dando vantagem para somente um fornecedor, em detrimento de tantos outros que poderiam estar participando do pleito?
11. Para piorar, sabe-se que a marca HONDA estabelece o conceito de divisão de áreas comerciais, onde concessionárias de uma cidade não podem vender em outra. Por mais que a montadora negue que exista tal situação, não é o que nossa tem presenciado em vários pregões. Desta maneira, este órgão estaria condicionado a ter somente um licitante, o que torna difícil uma redução nos preços, desestimulando a livre concorrência.
12. Para piorar, tem-se a presença de um grave fato: o Edital está infringindo a Lei, pois o mesmo não está atendendo a Lei Complementar 147/2014, de 7 de Agosto de 2014, cujo teor promoveu modificações na LC 123/2006. De uma forma resumida, o Edital está infringindo o art 48 da LC 147/2014, item I onde:

*"Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*

*I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);"*

*II - ...*

*III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte..."*

13. Desta forma, o Edital não está de acordo com a LC 147/2014, ao não ser exclusiva para empresas de pequeno porte.
14. Por consequente, faz-se necessária e indispensável a alteração do presente instrumento convocatório, sob pena de se comprometer a lisura e a isonomia do certame em questão, em patente afronta ao art 3º da Lei 8.666/93.

## II – DO PEDIDO

15. À vista de todo o exposto, é a presente para requerer:

- a) O recebimento da presente impugnação, por tempestivo, em seus efeitos devolutivo e suspensivo, de acordo com o art 41, parágrafo 2º.
- b) As alterações aqui expostas têm por objetivo a aumentar o espectro de produtos concorrentes, vislumbrando maior competitividade de preços, o que resultara em grande economia aos cofres públicos. Temos também que levar em conta que este órgão possui grande influencia de importância em outros órgãos públicos, alem de apresentar maior visibilidade junto a população e contribuintes brasileiros.
- c) A alteração das especificações que estão restringindo o princípio da competitividade. Sendo assim, analisando-se a real necessidade deste órgão público, e tomando por base nossa experiência de mercado, torna-se indispensável a retificação dos requisitos, sendo:
  - ➔ Alterar para “combustível gasolina ou flex (álcool/gasolina)
  - ➔ Alterar para “capacidade do tanque de combustível mínimo de 10 litros”
  - ➔ Alterar para “arrefecimento a ar ou água ou óleo”
- d) Em atendimento a LC 147/2014, que esse Edital seja exclusivo de participação para empresas de pequeno porte.
- e) Na hipótese desse Colegiado assim não entender de direito, o que não se espera, requer, desde já, subam os autos à apreciação superior para os fins preconizados na alínea “b” do pedido.

Termos em que,

P. Deferimento.

Araras, 18 de Março de 2016.



---

**Shirley Bovolon**  
Sócio proprietária  
**Latina Motors Comercio Exportação e Importação Ltda**



**Rosângela Vaz da Silva**

De: <gerenciaadm@ventaniayamaha.com.br>  
Para: <rosangela@cocel.com.br>  
Cc: <000762.servicos@yamahaconcessionaria.com.br>  
Enviada em: quinta-feira, 24 de março de 2016 12:27  
Assunto: ENC: Esclarecimentos sobre Edital- PREGÃO PRESENCIAL COCEL N.º 012/2016

Sra. Rosângela

Bom dia

Estamos interessados em participar, somos uma Concessionária da Yamaha, porém relacionamos alguns itens abaixo, inviabilizando a nossa participação e de outras Concessionárias Concorrentes:

Página 16 - **ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**GARANTIA DE:** NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS, OU LIMITE DE 100.000 KM. INCLUSO NO PERÍODO DE GARANTIA AS REVISÕES AGENDADAS, A MÃO DE OBRA, PEÇAS, ACESSÓRIOS, ÓLEO E FILTROS.

Só existe uma marca Honda que dá garantia de dois anos, que é o concorrente, desde que vocês cumpram o plano de garantias no qual é pago. Desta forma fica direcionado, sem dar a livre participação das demais empresas, tratando-se apenas de um argumento comercial, pois esta marca não estabelece o valor que deve se pagar para ter direito a garantia estendida.

O padrão de Garantia da Fábrica de todos os fabricantes é de (1) um ano, contra defeitos de fabricação, desde que o cliente, tenha realizado as revisões obrigatórias dentro da quilometragem estabelecida e durante prazo de garantia de um ano. Também não existe a Concessionária custear óleos e filtros durante as revisões gratuitamente. O cliente tem 2 revisões gratuitas pela Fábrica, a parte de mão de obra, desde que respeitado a quilometragem e período garantia. O custo de óleos e filtros são por conta do cliente.

**REVISÕES:** REVISÕES NO PERÍODO DE GARANTIA SEM CUSTO.

Salientando que as Concessionárias oferecem 2 revisões gratuitas, durante um ano, respeitando a quilometragem estabelecida do fabricante, e gratuitamente é só a mão de obra. Despesas com óleos e filtros são por conta do cliente e itens de desgaste natural.

Após as duas revisões obrigatórias, existem as revisões periódicas, orientadas pelo fabricante, porém os custos são por conta do cliente.

**ITENS DE SÉRIE:** OS ITENS DE SÉRIE DA MARCA E MODELO OFERTADO, NÃO PODERÃO SER RETIRADOS SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E POR ESCRITO DA COCEL.

A fábrica tem seus produtos e reposição de peças respeitando o prazo legal estabelecido de 5 (cinco) anos para peças de reposição. Não existe pedir ao cliente dar esta autorização para desativar um produto.

**PRazo DE ENTREGA:** ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, A CONTAR DA DATA ESPECIFICADA NO CONTRATO/ORDEN DE COMPRA.

Todas as motocicletas, independente do fornecedor, vem de Manaus, além de itens otimizados para o cliente, adesivagem, acessórios especiais, sendo o prazo de trinta dias, bastante curto. O normal solicitado para qualquer edital de veículos, deve ser até de 60 (sessenta) dias após a liberação da ordem de compra.

EM VIRTUDE DE MAU USO OU DESGASTE NATURAL, DEVENDO NESSE CASO SER APLICADO UM DESCONTO DE NO MÍNIMO 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE OS VALORES DE TABELA ESTABELECIDAS PELO FABRICANTE DAS MOTOCICLETAS

Tanto a Yamaha quanto a Honda não divulgam tabela de preços de peças, assim não há como solicitar garantia que um fornecedor irá conceder 15 % de desconto, pois no caso somos de outra cidade e a garantia é cobertura nacional, sendo que não há como determinar um desconto, aonde não há um preço PPS (preço público sugerido) divulgado, pois há uma variação entre impostos e custos operacionais.

Peço por favor que avalie nossas solicitações e a possibilidade de adequação para que nós e outras Concessionárias possamos participar, sem direcionamento.

Fico a disposição para maiores informações.

Obrigada pela atenção e aguardo seu posicionamento.



**ANGELA C. MANFRINATO**  
Gerente Administrativo

(44) 3262-9090

Avenida Brasil, 4812, Zona 4 - Maringá-PR

<http://www.ventaniayamaha.com.br>





## DESPACHO ADMINISTRATIVO

### ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, através da pregoeira responsável pelo Pregão Presencial nº 012/2016, vem por meio desta, apresentar a competente resposta as impugnações protocoladas pelas empresas Ventania Yamaha e Latina Motors.

Sustenta a impugnante Latina Motors que o Edital de Pregão Presencial nº 12/2016, referente à aquisição de motocicletas, apresenta ilegalidades, como o indício de favorecimento a fornecedor, o qual argumenta sobre manifestações populares, descaso público e sobre a sistêmica corrupção.

No tocante ao discurso político e a fase de investigações contra políticos e empresários, deixo de apresentar argumentação, considerando a competência das instituições responsáveis pela investigação, análise probatória, defesa e julgamento do caso concreto, considerando o devido processo legal.

Merece destaque neste momento a desnecessidade de registro em sede da presente impugnação, da tese apresentada de corrupção e favorecimento de nossos técnicos, considerando a finalidade de aquisição de motocicletas que atendam os objetivos desta concessionária de energia, segundo regramento disciplinado no Anexo I – Termo de Referência.

O direito a impugnação está previsto na Lei nº 8.666/93, bem como devidamente acolhido pelo presente Pregão Presencial nº 012/2016, em respeito ao regime democrático em que vivemos, sendo de relevante importância o papel dos fornecedores diante do conhecimento técnico sobre seus equipamentos.



Diante dos pedidos formulados pela empresa impugnante Latina Motors, verificamos os seguintes itens:

*“a) O recebimento da presente impugnação, por tempestivo, em seus efeitos devolutivo e suspensivo, de acordo com o art. 41, parágrafo 2º.”*

Diante do próprio processamento, a presente impugnação foi recebida, considerando a presente resposta.

*“b) As alterações aqui expostas têm por objetivo a aumentar o espectro de produtos concorrentes, vislumbrando maior competitividade de preços, o que resultara em grande economia aos cofres públicos. Temos também que levar em conta que este órgão possui grande influencia de importância em outros órgãos públicos, além de apresentar maior visibilidade junto a população e contribuintes brasileiros.”*

A Constituição Federal consagrou em diversos dispositivos a preocupação com a correta aplicação dos recursos públicos, indicando a obrigatoriedade da realização do processo de licitação pública, visando permitir a Administração Pública contratar com verdadeira isonomia e eficiência, sem prejudicar a natural competitividade do mercado, na busca pela melhor oferta.

*“c) A alteração das especificações que estão restringindo o princípio da competitividade. Sendo assim, analisando-se a real necessidade deste órgão público, e tomando por base nossa experiência de mercado, torna-se indispensável a retificação dos requisitos, sendo:*

- Alterar para “combustível gasolina ou flex (álcool/gasolina)*
- Alterar para “capacidade do tanque de combustível mínimo de 10 litros”*
- Alterar para “arrefecimento a ar ou água ou óleo”*

Consultando a Divisão de Frotas, responsável técnica pela requisição dos bens licitados, informa pela possibilidade de alteração, condição que não prejudica o fim a que se destina o seu uso.

Diante da alteração do objeto, necessário se faz republicar o Edital de Pregão nº 012/2016, tendo em vista a adequada publicidade dos atos administrativos.

***“d) Em atendimento a LC 147/2014, que esse Edital seja exclusivo de participação para empresas de pequeno porte.”***

No tocante ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, importa registrar a edição da Lei Complementar 123/06, Lei Complementar 147/14 e do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

Vejamos de forma preliminar o disposto no art. 47 da LCP 123/06, onde prevê o tratamento diferenciado:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)  
Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

No mesmo sentido restou registrado no art. 1º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 :

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte,



agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;

II - ampliar a eficiência das políticas públicas; e

III - incentivar a inovação tecnológica.

§ 1º Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública federal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União.

Diante da fixação do critério de concessão do tratamento diferenciado, restou definido a regra do art. 48 da LCP 123/06:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

No mesmo sentido disciplina o art. 6º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 :

Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Os operadores envolvidos no presente procedimento licitatório devem INTERPRETAR, TRADUZIR, DECODIFICAR o campo de incidência da norma jurídica em debate.

Verifica-se claramente dos objetivos normativos, que o legislador busca promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, ou seja, perante o Município de atuação da entidade licitante.

A relevância do ato interpretativo está na sua condição de promoção da Justiça.

Diante do comando normativo fora realizada pesquisa de mercado, visando identificar no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no âmbito local, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, situação que restou infrutífera.

Vejamos o comando normativo disciplinado no art. 49 da LCP

123/06:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - (Revogado); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Saliento ainda, que o Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, regulou o tema no art. 10º:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;



II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do **caput** do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do **caput** deste artigo; ou

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do **caput**, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

Deste modo, interpretando a legislação, **não há que se falar em processo licitatório exclusivo**, considerando o disposto no art. 49 da LCP 123/06.

Observando a linha da proteção do interesse público e da eficiente utilização dos recursos públicos, determina com precisão o doutrinador Celso Antônio Bandeira de MELLO, três exigências públicas impostergáveis.

*A licitação visa a alcançar duplo objetivo: proporcionar às entidades governamentais possibilidades de realizarem o negócio mais vantajoso (pois a instauração de competição entre ofertantes preordena-se a isto) e assegurar aos administrados ensejo de disputarem a participação nos negócios que as pessoas governamentais pretendem realizar com os particulares.*

*Destarte, atendem-se três exigências públicas impostergáveis: proteção aos interesses públicos e recursos governamentais – ao se procurar a oferta mais satisfatória; respeito aos princípios da isonomia e impessoalidade (previstos nos arts. 5º e 37, caput) – pela abertura de disputa do certame; e, finalmente, obediência aos reclamos de probidade administrativa, imposta pelos arts. 37, caput, e 85, V, da Carta Magna brasileira.<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 21. ed., São Paulo: Malheiros, 2006, p.503.

*“e) Na hipótese desse Colegiado assim não atender de direito, o que não se espera, requer, desde já, subam os autos à apreciação superior para os fins preconizados na alínea “b” do pedido.”*

Em razão da competência funcional natural, o presente despacho administrativo será encaminhado ao Diretor Administrativo desta concessionária.

Vencida a impugnação da empresa Latina Motors, passamos a análise do pedido formulado pela **Ventania Yamaha**.

Verifica-se impugnação quanto a garantia fixada no Termo de Referência, o qual exige:

**GARANTIA DE:** NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS, OU LIMITE DE 100.000 KM. INCLUSO NO PERÍODO DE GARANTIA AS REVISÕES AGENDADAS, A MÃO DE OBRA, PEÇAS, ACESSÓRIOS, ÓLEO E FILTROS, EXCLUINDO-SE AS PEÇAS QUE TENHAM SEU DESGASTE OU QUEBRA POR MAU USO. AS REVISÕES REFERENTE A GARANTIA DEVERÃO SER EXECUTADAS EM CONCESSIONÁRIA OU OFICINA AUTORIZADA, NA CIDADE DE CAMPO LARGO, CURITIBA OU REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.

Trata-se de discussão sobre a aplicação de cláusula de garantia contratual, o qual consiste no prazo adicional, complementar à garantia legal que, uma vez convencionado pelas partes, objetiva aumentar a proteção do adquirente de um bem quanto ao aparecimento de vícios redibitórios (ocultos).

Neste particular, **mantemos a garantia contratual indicada, bem como, o prazo de entrega**, sob o fundamento de validade das exigências descritas do objeto, observada a necessidade empresarial, justificável sob o ponto de vista técnico, considerando a realidade vivenciada (Princípio da Realidade) por esta Administração no exercício de sua atividade fim.

Diante do exposto, da justificativa apresentada, motivação, pressupostos de fato e de direito, bem como considerando a necessidade empresarial,



a ausência de qualquer prejuízo para o interesse público, conclui-se pela inexistência de irregularidade no Edital de Pregão Presencial nº 012/2016.

No tocante a alteração das características mínimas, **acato o pleito formulado pela empresa Latina Motors**, tendo em vista que consultada a Divisão de Frotas, responsável técnica pela requisição dos bens licitados, informa pela possibilidade de alteração, condição que não prejudica o fim a que se destina o seu uso.

Diante da alteração do objeto, necessário se faz **republicar o Edital de Pregão nº 012/2016**, com as alterações registradas, tendo em vista a adequada publicidade dos atos administrativos.

Encaminhem-se os autos ao Diretor Administrativo, para deliberação final.


Campo Largo, 28 de março de 2016.



**Rosângela M. Vaz da Silva**  
**Pregoeira**

ACATO O PARECER DA SRA PREGOEIRA E  
DETERMINO A REPUBLICAÇÃO DO EDITAL  
Nº 012/2016 COM AS ALTERAÇÕES REGISTRADAS

Cia Campolarguense de Energia - COCEL

  
Marcelo Rubens Krayevski  
Diretor Administrativo